



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

18/05/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 10
2. JORNAL AQUI	
2.1. SEM ASSUNTO.....	11 - 12
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	13 - 17
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. SEM ASSUNTO.....	18 - 21
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. SEM ASSUNTO.....	22 - 35
6. JORNAL EXTRA	
6.1. SEM ASSUNTO.....	36 - 39
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. SEM ASSUNTO.....	40 - 42
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. SEM ASSUNTO.....	43 - 50
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. SEM ASSUNTO.....	51 - 55
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. SEM ASSUNTO.....	56 - 67

Mutirão do Juizado Especial de Lago da Pedra promove 609 audiências em Termo Judiciário

O Juizado Especial Cível de Lago da Pedra promove, de 28 a 31 de maio, um mutirão de audiências em Lagoa Grande do Maranhão, termo judiciário da comarca. Comandada pelo titular da unidade, juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, a ação prevê a realização de 609 audiências, todas referentes à relação de consumo. As audiências têm como parte uma única empresa de telefonia móvel reclamada pela má prestação de serviço.

Toda a equipe do juizado - juiz, assessores, secretário judicial e servidores - participa do trabalho que ocorrerá na Câmara de Vereadores do município.

Três salas foram disponibilizadas para a realização das 150 audiências diárias - exceção para o último dia do Mutirão, quando serão 159 audiências - das 8h às 12h e das 14h às 19h, sempre com um intervalo de 15 minutos entre as mesmas.

Acesso - Segundo o juiz, "a iniciativa visa a facilitar o acesso da população à Justiça, evitando assim o deslocamento das partes à sede da comarca, tendo em vista as péssimas condições das vias de acesso".

Na descrição de Alessandro, a estrada que liga Lago da Pedra à Lagoa Grande é "terrível". São 75 km de piçarra, onde apenas carros tracionados conseguem trafegar. "Com o período chuvoso fica ainda mais perigoso", alerta o juiz. Segundo ele, "de vez em quando, os pau-de-ara que transportam as pessoas perdem o controle na via".

O magistrado cita ainda os custos com o deslocamento do povoado até a sede. "O pessoal gasta muito. E ainda leva de quatro a cinco horas para chegar", informa.

"Com a realização desse mutirão, pretende-se demonstrar ainda, a preocupação do Poder Judiciário da Comarca de Lago da Pedra com uma prestação jurisdicional adequada à sua realidade social", diz o juiz.

Processos - Tramitam atualmente na comarca 3.400 processos. O dado consta do Relatório Mensal de Atividades - RMA da comarca, referente ao mês de abril.

Contra a operadora, o total de processos oriundos de Lagoa Grande do Maranhão totaliza 639. Desses, 30 não foram agendados para o mutirão.

Júris absolvem acusados de homicídio e de tentativa de homicídio em Colinas

Três sessões de júri realizadas em Colinas e presididas pelo titular da comarca, juiz Marcelo Elias Matos e Oka, resultaram na absolvição dos réus. Os réus responderam pela acusação de homicídio e de tentativa de homicídio. Os júris aconteceram na terça-feira, 15 e quarta-feira, 16.

No primeiro deles, na terça-feira, 15, foi a julgamento Roque Alves Feitosa pela acusação de tentativa de homicídio contra a ex-companheira, Francisca Rita Rodrigues, com quem teria morado junto por mais de dez anos e com quem tem dois filhos.

Separado da mulher há cerca de um ano por ocasião do crime, Roque teria tentado contra a vida de Francisca aplicando na mesma cinco facadas. O crime teria sido motivado por ciúmes.

Presente ao julgamento, Francisca Rita pediu pela absolvição do acusado.

Foragido - No primeiro júri da quarta-feira, 16, o Conselho de Sentença absolveu o réu João Batista Pereira de Jesus, foragi-

do, da acusação de homicídio contra Jaime Alves Feitosa.

O crime se deu no dia 10 de maio de 1981, por volta das 3h, no povoado São José de Colinas, no município, em uma casa onde se realizava uma festa dançante.

Consta do processo que o acusado teria aplicado uma facada na vítima. Ainda segundo o processo, o crime teria sido motivado pelo fato da esposa do réu ter dançado com Jaime.

Prescrição - Mesmo resultado se deu com o segundo júri do dia, quando Albertina Ramos de Oliveira, também foragida, foi absolvida do homicídio de Ivanice Silva Quirino dos Santos. O crime ocorreu no dia 9 de dezembro de 1992, no bairro Liberdade, em Colinas.

Segundo o processo, a vítima passava em frente à casa da acusada carregando um balde na cabeça quando Albertina, sem qualquer explicação, teria se dirigido à Ivanice e atingido a mesma com dois golpes de faca.

Jamil Gedeon é homenageado pelo Judiciário piauiense



⇒ Desembargador Jamil Gedeon recebeu a mais alta honraria da corte piauiense

Pág. 7

Jamil Gedeon é homenageado pelo Judiciário piauiense

Desembargador Jamil Gedeon recebeu a mais alta honraria da corte piauiense



O desembargador Jamil Gedeon (TJMA) foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Piauí

(TJPI) com a comenda Colar do Mérito Judiciário - a mais alta honraria da corte piauiense - na abertura do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), que se encerra nesta sexta-feira (18), em Teresina. A medalha também foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Buzzi.

"O desembargador é merecedor da homenagem pelos relevantes serviços prestados à Jus-

tiça brasileira e ao Judiciário do Piauí, através do egrégio Conselho Nacional de Justiça", afirmou Moura no ofício em que comunicou oficialmente a concessão da comenda ao magistrado maranhense.

A homenagem foi proposta pelo presidente do TJPI, desembargador Edvaldo Pereira de Moura e aprovada, por unanimidade, pelos integrantes da Comissão da Medalha do Colar do Mérito Judiciário.

Bancos postais são habilitados a receber custas judiciais

O convênio vai beneficiar usuários dos serviços da justiça



Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil permite o pagamento de custas judiciais, emolumentos e depósitos judiciais nas agências dos Correios (bancos postais) em todo o Maranhão.

“A parceria com o BB será duradoura e beneficiará diretamente quem vai quitar obrigações vinculadas ao Tribunal de Justiça, Fundo Espe-

cial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj), Fundo Especial das Serventias do Registro Civil das Pessoas Naturais, Esmam e Corregedoria Geral da Justiça”, informou o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, ao assinar o convênio.

Ele disse que a medida implicará em menos filas e horário ampliado de

atendimento ao público.

De acordo com superintendente do Banco do Brasil, Maelcio Soares, a rede de agências daquela instituição bancária cobre aproximadamente 80% dos municípios e com a implantação do Banco Postal, em janeiro de 2012, atingiu cerca de 94% dos municípios maranhenses. “O serviço já está funcionando e a expectativa é que até o final do ano o atendimento bancário atinja 100% dos municípios”, informou.

O diretor regional dos Correios, José Brandão, disse que agora os usuários da Justiça terão maior comodidade e o horário de atendimento ampliado, vez que atendimento começará às 8h e se estenderá até 17h. As contas judiciais também podem ser quitadas nos terminais de caixa eletrônico, via internet, via

telefone (CABB) e agências do Banco do Brasil.

Os serviços bancários oferecidos abrangem a recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito e de abertura de contas de depósitos à vista e de poupança aos servidores do TJMA e comunidade em geral.

Serão expedidos ofícios circulares a todos os juízes, unidades do Poder Judiciário e Cartórios Extrajudiciais do estado detalhando o convênio.

Participaram do ato de assinatura o desembargador Bayma Araújo, a juíza titular da comarca de Morros, Ticiany Gedeon Maciel Palácio, a diretora-geral do TJ, Sumaya Heluy, e os gerentes do BB, Prenteci Veloso (Mercado Governo) e Carlos Jogaib (Setor Público).

JUSTIÇA

Pág. 7

Maranhão participará da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência em Brasília

O objetivo é garantir a reinclusão de mulheres assistidas pelo projeto do Poder Judiciário “Justiça Social – Além dos Limites Processuais”, ao retornarem ao convívio social após o período de abrigo nas instituições sociais.

“Esta é uma iniciativa única para mulheres vítimas de violência doméstica, porque vai oportunizar a muitas delas trabalho, renda e meios de saírem da dependência exclusiva do marido ou companheiro.

Maranhão participará da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência em Brasília

O Maranhão estará presente na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial). A auditora geral do Estado, Maria Helena de Oliveira Costa, comanda comitiva formada por 47 delegados estaduais, representantes do poder público, conselhos de políticas públicas e da sociedade civil organizada, que participará do evento, que acontece desta sexta-feira (18) até domingo (20), em Brasília.

Segundo Maria Helena de Oliveira Costa, que estará acompanhada da coordenadora executiva estadual da Consocial, Ielma Rezende Moreira, o Maranhão dará sua contribuição na etapa nacional a partir das discussões e propostas apre-

sentadas na fase estadual, realizada em março deste ano. "Este é um encontro histórico, no qual estaremos consolidando a nossa contribuição para a transformação do país", afirmou.

Maria Helena Costa lembrou que em preparação à participação do Maranhão na etapa nacional da Consocial, a Controladoria Geral do Estado (CGE), em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), realizou 19 conferências regionais, entre outubro e dezembro do ano passado. Nesses eventos foram eleitos 480 delegados que participaram da etapa estadual da 1ª Consocial, de 6 a 8 de março deste ano, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana.

Com o tema central "A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública", a 1ª Consocial tem como objetivo principal promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático.

Com a realização da 1ª Consocial, as propostas/diretrizes resultantes de todo o processo conferencial, subsidiarão a criação de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social, podendo ainda transformarem-se em políticas públicas, projetos de lei e até mesmo, passar a compor agendas de governo em âmbito municí-

pal, estadual ou nacional.

Emoção marca despedida do desembargador Cutrim da 2ª Câmara Cível

A sessão da 2ª Câmara Cível de terça (15) foi a última composta pelo desembargador Raimundo Cutrim, que se aposenta na próxima semana, quando completa 70 anos de idade. Ao final da sessão, colegas magistrados e servidores do órgão prestaram homenagem ao desembargador pelos quase 30 anos de magistratura. A desembargadora Nelma Sarney, presidente da Câmara, ressaltou a emoção dos momentos de despedida e o quanto as palavras perdem o sentido. "É mais uma vitória em sua vida, então sabemos que deve ir, mas torcemos pelo seu sucesso sempre. Este é apenas o início de uma convivência eterna entre amigos", pontuou.



Desembargador Raimundo Cutrim

Novos desembargadores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, já deu aos dois novos desembargadores do Judiciário maranhense: Kleber Costa Carvalho (merecimento) e Vicente de Paula Gomes de Castro (antiguidade), ambos eleitos pelo TJMA pela manhã, na sessão administrativa do Pleno.

Despedida de Cutrim

A sessão da 2ª Câmara Cível de terça-feira (15) foi a última composta pelo desembargador Raimundo Cutrim, que se aposenta na próxima semana, quando completa 70 anos de idade. Ao final da sessão, colegas magistrados e servidores do órgão prestaram homenagem ao desembargador pelos quase 30 anos de magistratura.

▶ LEVOU AZAR

Membro do bando do 'Cachorrão' é capturado

ISMAEL ARAÚJO

Integrante da gangue do "Cachorrão", que agia no Jardim Tropical, principalmente na comercialização de drogas, parou atrás das grades. Edílson Silva dos Santos, "Dilzinho", de 30 anos, que mora na Alameda Santa Luzia, nº 16, foi preso na manhã desta quinta-feira, 17, pelos investigadores da Polícia Interestadual (Polinter).

De acordo com as informações da polícia, a prisão dele foi determinada por um mandado de prisão com sentença condenatória de mais de sete anos, expedido pelo juiz da 1ª Vara de Entorpecente, Antônio Luiz de Almeida. A equipe de investigadores por meio de informação do Disque Denúncia (3223-5800) conseguiu efetuar a prisão Dilzinho, nas proximidades da sua residência. Ele foi levado para a sede da Polinter onde foram tomadas as devidas providências, inclusive, a transferência para o Centro de Triagem de Pedrinhas. A polícia também informou que o líder dessa gangue, conhecido apenas por Cachorrão, já foi morto e o outro líder, o "Paulinho", ainda está foragido. Muitos integrantes dessa quadrilha já foram presos pela Polinter.

▷ TRIBUNAL DO JÚRI

Mulher pede absolvição do homem que a esfaqueou

Três sessões de júri realizadas em Colinas e presididas pelo titular da comarca, juiz Marcelo Elias Matos e Oka, resultaram na absolvição dos réus. Os réus responderam pela acusação de homicídio e de tentativa de homicídio. Os júris aconteceram na terça-feira, 15 e quarta-feira, 16. No primeiro deles, na terça-feira, 15, foi a julgamento Roque Alves Feitosa pela acusação de tentativa de homicídio contra a ex-companheira, Francisca Rita Rodrigues, com quem teria morado junto por mais de 10 anos

e com quem tem dois filhos. Separado da mulher há cerca de um ano por ocasião do crime, Roque teria tentado contra a vida de Francisca aplicando na mesma cinco facadas. O crime teria sido motivado por ciúmes. Presente ao julgamento, Francisca Rita pediu pela absolvição do acusado. Foragido - No primeiro júri da quarta-feira, 16, o Conselho de Sentença absolveu o réu João Batista Pereira de Jesus, foragido, da acusação de homicídio contra Jaime Alves Feitosa. O crime se deu no dia 10 de maio de 1981, por

volta das 3h, no povoado São José de Colinas, no município, em uma casa onde se realizava uma festa dançante. Consta do processo que o acusado teria aplicado uma facada na vítima. Ainda segundo o processo, o crime teria sido motivado pelo fato da esposa do réu ter dançado com Jaime. Mesmo resultado se deu com o segundo júri do dia, quando Albertina Ramos de Oliveira, também foragida, foi absolvida do homicídio de Ivanice Silva Quirino dos Santos: O crime ocorreu no dia 9 de dezembro de 1992.

Sejap entrega relatório com informações jurídicas de detentas à Defensoria Pública

Um relatório contendo informações sobre a situação jurídica de todas as detentas do Presídio Feminino de São Luís foi entregue pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) à Defensoria Pública do Estado (DPE). O documento, que tem mais de 300 páginas, foi entregue durante reunião entre os órgãos na sede da Sejap, no Outeiro da Cruz.

O relatório é o primeiro de quatro que ainda serão entregues. Para elaborá-lo, a Sejap colheu informações de mais de 130 detentas do sistema carcerário. Neste, podem ser vistas informações como quem precisa de modificações no regime da pena. "O relatório tem toda a situação jurídica das detentas e vai facilitar muito como devemos agir para beneficiar as internas nos direitos que lhe cabem no âmbito jurídico", destacou o secretário Sérgio Tamer.

Na ocasião, estavam presentes, além do secretário Sérgio Tamer, os adjuntos de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, e de Justiça, Ribamar Cardoso, e os superintendentes de Estabelecimentos Penais do Interior e da Capital, Afrânio Feitosa e Fredson Maciel, respectivamente. Também participaram do encontro, o defensor público geral do Estado, Aldy



Secretário Sérgio Tamer e defensor Aldy Mello Filho e equipes reunidos na Sejap

Mello Filho e a corregedora geral da Defensoria Pública do Estado, Fabíola Barros.

Além da entrega do documento, a reunião teve como objetivo o realinhamento da parceria já existente entre a Sejap e DPE. Conforme o defensor público geral do Estado, Aldy Mello Filho, uma série de ações voltadas ao acompanhamento jurídico dos detentos está sendo desenvolvidas. "Essas ações estão sendo realizadas pela Sejap, Defensoria Pública do Estado e o Tribunal de Justiça, por intermédio do Programa 'Começar de Novo'", contou Mello.

O defensor geral também destacou os projetos desenvolvidos pela DPE no que diz respeito à ressocialização de presos. Segundo ele, estes

estão sendo direcionados a requalificação técnico-profissional. "A intenção é colocar internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho", pontuou Aldy Mello.

Ele informou ainda que a Defensoria teve a atuação ampliada com a posse recente de novos defensores e que, com isso, o órgão vai atuar de forma mais eficaz nas Varas Criminais. "Essa atuação terá reflexo direto no acompanhamento dos presos provisórios", afirmou o defensor geral do Estado.

A corregedora geral da DPE, Fabíola Barros, contou que um dos focos da reunião foi o balanço das atividades feitas pelos dois órgãos. "Essas políticas públicas já implementadas estão gerando

frutos positivos como as questões referentes à saúde, o acompanhamento jurídico e psicológico", registrou Fabíola Barros.

Sobre alternativas para diminuir o problema da superlotação nos presídios, a corregedora disse que o acompanhamento dos processos é feito por parte da Defensoria Pública do Estado. "Nós fazemos o acompanhamento dos processos que tramitam nas 1ª e 2ª Varas de Execução Penal da capital. Além disso, temos defensores que atuam no interior e eles estão reforçando as ações, acompanhando os processos dos internos de lá. Isso para que tenhamos uma diminuição no número de presos provisórios", assinalou.

Polinter prende foragido da Justiça por tráfico de drogas



Edilson Silva Filho, o 'Dilsinho'

PÁGINA 12

COMBATE AO CRIME

Polinter prende foragido da Justiça por tráfico de drogas

Policiais da Equipe de Captura da Polícia Interestadual (Polinter), por meio de informações do Disque Denúncia (3223 5800), conseguiram prender, na manhã de ontem (17), o traficante Edilson Silva dos Santos Filho, conhecido como "Dilsinho", 30 anos.

Conforme informações da Delegacia Especializada, em desfavor de Dilsinho, que é residente na Alameda Santa Luzia, nº16, bairro Jardim Tropical, consta um mandado de prisão por sentença condenatória expedido pelo juiz Antonio Luiz de Almeida Silva, da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital Maranhense.

A ordem judicial contra o traficante relata que ele foi sentenciado a pena de sete anos e cinco meses de de-



Edilson Silva dos Santos Filho, o Dilsinho

tenção. A prisão ocorreu no Bairro do Jardim Tropical, local onde o traficante reside.

De acordo com investigações e levantamentos da Polícia Civil, Dilsinho como era identificado no mundo do crime, faz parte da gangue de um criminoso conhecido como Cachorrão, que segundo informações, já havia sido morto em outra ocasião. Dilsinho também tinha ligação com um homem conhecido como Paulinho, que ainda se encontra foragido.

Após a prisão, Edilson Silva dos Santos foi conduzido a sede da Polinter onde foi ouvido pelo delegado Alberto Wagner Santos Costa. Dilsinho, depois de ser interrogado, foi encaminhado ao Centro de Triagem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Acusado de homicídio é preso no Anjo da Guarda

PÁGINA 12

Acusado de homicídio é preso no Anjo da Guarda

Policiais da Delegacia do 5º DP (Distrito Policial), realizaram no início da tarde de anteontem (16), a prisão de Idenilson Lima Cruz, de 34 anos, acusado de ter cometido um homicídio há mais de 10 anos. Ele foi preso na Rua Projetada, Qd 60, no Bairro do Anjo da Guarda. A prisão do acusado se deu após informações serem repassadas ao Disque Denúncia [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior].

Segundo informações policiais, Idenilson Lima foi surpreendido em sua própria residência . Ele já foi alvo de outras denúncias anônimas feitas ao Disque Denúncia. Em 2011, o acusado foi preso pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar, na ocasião ele estaria efetuando disparos em via pública.

Em seu desfavor, um mandado de prisão foi expedido pelo juiz João Francisco Gonçalves, da 4ª Vara do Tribunal do Júri. Após ser apresentado na sede do 5º DP, onde foi autuado pelo delegado Gustavo Machado, ele foi encaminhado ao Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde permanece à disposição da Justiça.

POLÍCIA

JÚRIS ABSOLVEM ACUSADOS DE HOMICÍDIO EM COLINAS

Três sessões de júri realizadas em Colinas e presidi-
das pelo titular da comarca, juiz Marcelo Elias Matos
e Oka, resultaram na absolvição dos réus. Os réus
responderam pela acusação de homicídio e de tenta-
tiva de homicídio. **PAG.08**

Júris absolvem acusados de homicídio em Colinas



Juiz Marcelo Oka presidiu os júris em Colinas

Três sessões de júri realizadas em Colinas e presididas pelo titular da comarca, juiz Marcelo Elias Matos e Oka, resultaram na absolvição dos réus. Os réus responderam pela acusação de homicídio e de tentativa de homicídio. Os júris aconteceram na

terça-feira, 15 e quarta-feira, 16.

No primeiro deles, na terça-feira, 15, foi a julgamento Roque Alves Feitosa pela acusação de tentativa de homicídio contra a ex-companheira, Francisca Rita Rodrigues, com quem teria morado

junto por mais de dez anos e com quem tem dois filhos.

Separado da mulher há cerca de um ano por ocasião do crime, Roque teria tentado contra a vida de Francisca aplicando na mesma cinco facadas. O crime teria sido motivado por ciúmes.

Presente ao julgamento, Francisca Rita pediu pela absolvição do acusado.

Foragido - No primeiro júri da quarta-feira, 16, o Conselho de Sentença absolveu o réu João Batista Pereira de Jesus, foragido, da acusação de homicídio contra Jaime Alves Feitosa.

O crime se deu no dia 10 de maio de 1981, por volta das 3h, no povoado São José de Colinas, no município, em uma casa onde se realizava uma festa dançante.

Consta do processo que o acusado teria aplicado uma facada na vítima. Ainda segundo o processo, o crime teria sido motivado pelo fato da esposa do réu ter dançado com Jaime.

Prescrição - Mesmo resultado se deu com o segundo júri do dia, quando Albertina Ramos de Oliveira, também foragida, foi

absolvida do homicídio de Ivanice Silva Quirino dos Santos. O crime ocorreu no dia 9 de dezembro de 1992, no bairro Liberdade, em Colinas.

Segundo o processo, a vítima passava em frente à casa da acusada carregando um balde na cabeça quando Albertina, sem qualquer explicação, teria se dirigido à Ivanice e atingido a mesma com dois golpes de faca.

Testemunhas afirmaram que Ivanice estaria tendo um caso com o amante da ré, o que teria motivado o homicídio.

A tese da defesa foi a de prescrição da pretensão punitiva.

De acordo com o juiz Marcelo Oka, por ocasião do julgamento a defesa apresentou uma certidão de nascimento da ré que comprova que à época do fato Albertina teria menos de 21 anos, o que baixa a prescrição do crime de 20 para 10 anos.

Defensor - Os réus dos três júris tiveram como defensor o advogado Sezótris Francisco Paé Lima. Funcionaram nos julgamentos os promotores de Justiça Leticia Teresa Sales Freire e Moisés Caldeira Brant.

NO BANHEIRO

Pedófilo é flagrado com menina de 11 anos

Por volta do meio-dia da última quarta-feira, 16, em Esperantina, foi preso Olindino de Carvalho Paiva, de 37 anos, acusado de manter relações sexuais com uma menina de apenas 11 anos. De acordo com a Polícia Civil, Olindino, mais conhecido como Tinha, foi flagrado pela ex-esposa fazendo sexo com a criança, dentro do banheiro de casa.

A menina de iniciais J.V.C. é vizinha de Olindino, no bairro Carraspanha. Em seu depoimento, a menor contou das vezes que os dois tiveram relações e que o acusado lhe pagava 10 centavos quando terminavam. Olindino nega todas

as acusações: "Quando ela aparecia para brincar com minhas filhas talvez ela tenha pego mesmo algum dinheiro que encontrava pelo chão, mas não que eu tenha dado para ela, por troca de sexo. Até porque quando eu queria me satisfazer, procurava a minha mulher". disse. Olindino é pai de cinco filhos, três meninos e duas meninas, todos menores de idade.

Já o policial Fernando Cunha disse que o caso já vinha sendo investigado pela Polícia a algum tempo, e com os depoimentos da ex-esposa de Olindino juntamente com o da própria vítima, o mandado de



prisão preventiva foi expedido pelo juiz Marcus Klinger Madeira Vasconcelos. De acordo com um Policial Civil que par-

ticipou das investigações, a menina J.V.C. teria até contraído doença venérea do acusado.

NO DIA DOS NAMORADOS

Réu que matou a companheira é condenado a 14 anos de prisão

Em sessão realizada no dia 15 de maio de 2012, o Tribunal do Júri do município de Davinópolis - termo judiciário da Comarca de Imperatriz, localizado a 628km de São Luís - condenou o réu Neviton Oliveira da Silva a 14 anos de reclusão por ter assassinado, no dia 12 de junho de 2011 (Dia dos Namorados), a sua companheira Cristiane da Conceição Santos de Sousa, com quem convivia há cerca de cinco anos.

O conselho de sentença, composto por sete jurados, acolheu integralmente a tese defendida pelo promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz. O crime foi tipificado como homicídio duplamente qualificado.

De acordo com o a tese do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o acusado matou a sua companheira, desferindo 32 facadas nela,

apenas por ciúme excessivo e doentio que sentia, o que configura uma motivação torpe. Também houve a utilização de meio cruel, considerando que a reiteração excessiva de golpes causou na vítima intenso sofrimento.

Já a defesa sustentou que o acusado era traído reiteradamente pela vítima, pleiteando a absolvição do mesmo ou se houvesse condenação, fosse considerado homicídio privilegiado.

O Tribunal do Júri acolheu a tese exposta pelo promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, reconhecendo, portanto, que foi praticado um homicídio duplamente qualificado, nos termos do artigo 121, § 2º I e III, do Código Penal.

A presidência dos trabalhos coube à juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa. O advogado Farnézio Pereira dos Santos defendeu o acusado Neviton Oliveira da Silva.

NA ABERTURA do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), que se encerra hoje em Teresina, o Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) homenageou o desembargador Jamil Gedeon (TJMA) com a comenda Colar do Mérito Judiciário - a mais alta honraria da corte piauiense. A medalha também foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Buzzi.

Contas

IMPERATRIZ – A correição geral ordinária realizada na 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz foi encerrada. Iniciado em 2 de abril e encerrado na semana passada, o trabalho teve como saldo 3.400 atos realizados, sendo 3.059 despachos, 132 decisões e 209 sentenças. Existem na Secretaria Judicial 3.400 atos a serem cumpridos. O congestionamento é devido à disponibilidade de apenas cinco servidores. Duas se encontram com recorrente afastamento das atividades laborais por enfermidades. O juiz José Ribamar Serra esclareceu que o fato já foi comunicado à Corregedoria Geral de Justiça, quando esteve em Imperatriz.

Casamento

Encerram-se hoje as inscrições para o Casamento Comunitário que será realizado no dia 30 junho, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Os interessados podem se dirigir ao Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), das 8h às 18h. Podem se inscrever casais de toda a Região Metropolitana - São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. No caso de solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento, comprovante de residência e cópia autenticada da Carteira de Identidade.

Solto suspeito de assassinato de comerciante

Ele era o único dos três envolvidos na morte de Jaime Maravalho, ocorrida em novembro em Panaquatira, que estava na prisão

Já está em liberdade, por determinação da Justiça do Maranhão, um dos suspeitos de participação na morte do comerciante Jaime Maravalho Pereira da Silva Filho, de 41 anos - que foi torturado e assassinado a tiros na madrugada do dia 21 de novembro de 2011, na praia de Panaquatira, município de São José de Ribamar. Paulo André Lima da Costa, de 20 anos, segundo o inquérito policial, foi apontado como um dos executores, pois teria sido visto por testemunhas saindo do local do crime, em companhia de dois homens, já identificados, porém, ainda foragidos.

Um deles é Kleiton Henrique Sousa Coelho, de 29 anos, que, segundo as investigações, teria encomendado o crime de Jaime Maravalho, que estaria lhe devendo R\$ 10 mil, referentes à venda de uma moto de luxo, avaliada em R\$ 30 mil. Essa versão é contestada pela família da vítima. O segundo foragido é Thiago Wenderson Sousa Coelho, de 20 anos. Fotografias dos dois já foram divulgadas em cartazes produzidos pelo Disque Denúncia, nos quais são oferecidos R\$ 3 mil como recompensa por informações que levem à prisão deles.

A decisão judicial, que concedeu alvará de soltura ao suspeito preso desde a data do crime, foi concedida por três desembargadores da 3ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça, mediante parecer do Ministério Público do Maranhão (MP-MA). José Ribamar Maravalho da Silva, de 47 anos, irmão do comerciante, foi quem primeiro comunicou, revoltado, a soltura do suspeito. "A polícia ainda nem conseguiu prender os dois foragidos e a Justiça já soltou o único que foi preso. Como vamos viver em paz, a partir de agora?", indagou o irmão da vítima, que teme pelo esque-

Mais

O comerciante Jaime Pereira Filho era morador da Rua Salustiano Brito, centro da cidade de São José de Ribamar e foi assassinado por volta das 22h do dia 20 de novembro. Em seu corpo, peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) observaram, além das perfurações de bala, vários hematomas graves, fruto de pauladas.

cimento do caso.

Prisão - Paulo André Lima da Costa foi preso no dia 2 de dezembro do ano passado. O delegado Pauliran de Moura, titular da delegacia especial de São José de Ribamar, apurou, na época, que o suspeito foi visto por moradores da cidade balneária minutos após o crime, fugindo do local onde o comerciante foi encontrado morto com sinais de tortura e três tiros, um deles na testa. A motivação do crime foi trabalhada nas hipóteses de acerto de contas, por causa da dívida sobre a venda do veículo; e também em uma possível vingança, já que Kleiton Henrique Coelho sofreu um atentado à bala e atribuído a crime a Jaime Maravalho.

Quando preso, Paulo André negou as acusações. Na ocasião, a polícia chegou a questioná-lo sobre denúncias de que ele teria ganhado do suposto mandante do crime uma loja de peças e acessórios para motocicletas. Em depoimento, o suspeito afirmou que comprara o estabelecimento comercial, versão que não convenceu a polícia. Desde o início, as investigações descartaram a classificação do crime como latrocínio (roubo seguido de morte), pelo fato de o veículo da vítima, um Kia Cerato vinho (NXA-2498), não ter sido levado.

O desembargador
Jamil Gedeon (TJMA)
foi homenageado
pelo Tribunal de
Justiça do Piauí com
a comenda Colar do
Mérito Judiciário na
abertura do Fórum
Nacional de Juizados Especiais,
que se encerra hoje, em Teresina.





ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2012
Processo nº. 11.860/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por ITEM**, para aquisição e instalação de 01 (um) Transformador 13.800Volts/380-220Volts, potência de 500KVa, atendendo a nova carga (rede elétrica) do Fórum Sarney Costa, no dia 04/06/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua do Egito, 144, Centro, CEP 65.010-190, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 16 de maio de 2012.

André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA

Traficante preso

Divulgação



Policiais da equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter) conseguiram prender, na manhã de ontem, o traficante Edilson Silva dos Santos Filho, conhecido como *Dilsinho*, de 30 anos, contra quem havia um mandado de prisão por sentença condenatória expedido pelo juiz Antônio Luiz de Almeida Silva, da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital. Ele foi preso em casa na Alameda Santa Luzia, 16, bairro Jardim Tropical.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

18/05/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - E MAIS - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 2 (1 x 2 col)

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O TJ E O BANCO DO BRASIL PERMITE O PAGAMENTO DE CUSTAS(...)

- **Convênio** celebrado entre o TJ e o Banco do Brasil permite o pagamento de custas judiciais, emolumentos e depósitos judiciais nas agências dos Correios.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

18/05/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - E MAIS - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 2 (1 x 2 col)

O DESEMBARGADOR JAMIL GEDEON DOI HOMENAGEADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
PIAUÍ(...)

- **O desembargador** Jamil Gedeon foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Piauí com o Colar do Mérito Judiciário - a mais alta honraria da corte piauiense.

- **O desembargador** Raimundo Cutrim deve presidir hoje parte da sessão da sua última sessão como membro efetivo da magistratura.

Encrenca

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) recebeu ontem denúncia do Ministério Público (MP) para instauração de ação penal contra o prefeito de Cândia Mendes, José Haroldo Carvalho.

Ele é acusado de descumprir ordem judicial de reintegrar servidores exonerados pelo prefeito.

Para o Ministério Público, Carvalho cometeu crime de responsabilidade e deve deixar o cargo.

O PRESIDENTE do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, assinou convênio com os executivos do Banco do Brasil para que o pagamento de custas judiciais, emolumentos e depósitos judiciais passem a ser feitos nas agências dos Correios (bancos postais) em todo o Maranhão, o que implicará em menos filas e horário ampliado de atendimento ao público.

DPE recebe relatório sobre situação jurídica do Presídio Feminino

Documento foi entregue pelo secretário Sérgio Tamer ao defensor Aldy Mello Filho

Um relatório contendo informações sobre a situação jurídica de todas as detentas do Presídio Feminino de São Luís foi entregue pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) à Defensoria Pública do Estado (DPE). O documento, que tem mais de 300 páginas, foi entregue durante reunião entre os órgãos, na sede da Sejap, no Outeiro da Cruz.

O relatório é o primeiro de quatro que ainda serão entregues. Para elaborá-lo, a Sejap colheu informações de mais de 130 detentas do sistema carcerário. Neste, constam informações como quem precisa de modificações no regime da pena. "O relatório tem toda a situação jurídica das detentas e vai facilitar muito como devemos agir para beneficiar as internas nos direitos que lhe cabem no âmbito jurídico", destacou o secretário Sérgio Tamer.

Na ocasião, estavam presentes, além do secretário Sérgio Tamer, os adjuntos de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, e de Justiça, Ribamar Cardoso, e os superintendentes de Estabelecimentos Penais do Interior e da Capital, Afrânio Feitosa e Fredson Maciel, respectivamente. Também participaram do encontro o

Mais

A corregedora-geral da DPE, Fabíola Barros, disse que um dos focos da reunião foi o balanço das atividades feitas pelos dois órgãos. "Essas políticas públicas estão gerando frutos positivos, como as questões sobre saúde e o acompanhamento jurídico e psicológico", disse ela.

defensor público-geral do Estado, Aldy Mello Filho, e a corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado, Fabíola Barros.

Além da entrega do documento, a reunião teve como objetivo o realinhamento da parceria já existente entre a Sejap e a DPE. Conforme Aldy Mello Filho, uma série de ações voltadas ao acompanhamento jurídico dos detentos está sendo desenvolvidas. "Essas ações estão sendo realizadas pela Sejap, Defensoria Pública do Estado e o Tribunal de Justiça, por intermédio do Programa Começar de Novo", contou Aldy Mello Filho.

O defensor-geral também destacou os projetos desenvolvidos pela DPE no que diz respeito à ressocialização de presos. Segundo ele, estes estão sendo direcionados a requalificação técnico-profissional. "A intenção é colocar internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho", destacou.

Casais oficializam união em Porto Rico e Apicum

Cleones Cunha participa de cerimônias durante visita a comarcas da Baixada Maranhense

Dois casamentos comunitários foram realizados na Baixada Maranhense: o primeiro foi em Porto Rico, Termo Judiciário de Cedral, e o segundo em Apicum-Açu, Termo Judiciário de Bacuri. O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, aproveitou a oportunidade para participar das cerimônias e visitar as comarcas na semana passada.

Com um salão repleto de casais prontos para dizerem o “sim” diante do juiz, o Casamento Comunitário de Porto Rico reuniu centenas de moradores do município. Foram 106 nubentes afirmando o desejo de passarem a vida um do lado do outro, perante a lei. A juíza Marcela Lobo, titular de Cedral, foi quem comandou a cerimônia.

“É muito emocionante e gratificante poder proporcionar momentos como este a essas pessoas, que querem firmar o compromisso de amor e de felicidade. Estes estão sendo os primeiros Casamentos Comunitários que realizo na Comarca e é uma experiência única”, comentou a juíza, que na quinta-feira (10) uniu 67 casais em Cedral, sede da Comarca.

O desembargador Cleones Cunha encerrou o Casamento Comunitário de Porto Rico desejando uma vida de companheirismo para os casais. “Além de



Divulgação

O desembargador Cleones Cunha fala aos noivos em cerimônia

muita felicidade, desejo aos casais que tenham uma vida de harmonia, o marido respeitando a esposa, a esposa respeitando o marido, para que seja uma união duradoura”, declarou.

Também participaram do Casamento Comunitário de Porto Rico os juízes Paulo de Assis Ribeiro, titular da Comarca de Guimarães, e Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sousa, titular da Comarca de Mirinzal.

Em Apicum-Açu, o Casamento Comunitário reuniu parentes e amigos de 27 casais, que tiveram direito a marcha nupcial e entrada em tapete vermelho. Muitos envergonhados, outros bastante animados, os nubentes estavam com a felicidade estampada no rosto. “É com felicidade que estamos realizando esses casamentos, momento pelo qual muitos deles aguardam durante anos”, co-

mentou o juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da Comarca de Bacuri, responsável pelo Casamento Comunitário.

Além da participação do corregedor-geral Cleones Cunha, a cerimônia contou com o trabalho dos juízes Marcela Lobo e Paulo de Assis Ramos.

Trabalho – Além de marcar presença nas duas cerimônias, o corregedor-geral Cleones Cunha visitou os fóruns e conversou com os juízes sobre a prestação jurisdicional nas duas comarcas. O cenário encontrado pelo desembargador foi bastante positivo, rendendo elogios públicos aos dois juízes durante os casamentos.

“Encontramos um trabalho organizado, bem estruturado, o que reflete o compromisso dos juízes com as demandas de suas comarcas”, afirmou o corregedor-geral da Justiça.

Desembargador timonense é alvo de homenagem no Piauí

O desembargador timonense Jamil Gedeon (TJMA) foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) com a comenda Colar do Mérito Judiciário - a mais alta honraria da corte piauiense - na abertura do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), que se encerra nesta sexta-feira (18), em Teresina. A medalha também foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Buzzi.

“O desembargador é merecedor da homenagem pelos relevantes serviços prestados à Justiça brasileira e ao Judiciário do Piauí, através do egrégio Conselho Nacional de Justiça”, afirmou Moura no ofício em que comunicou oficialmente a concessão da comenda ao magistrado maranhense.

Homem que matou desafeto há 10 anos é preso no A. da Guarda

PÁGINA 8

Homem que matou desafeto há 10 anos é preso no Anjo da Guarda

Policiais da Delegacia do 5º DP (Distrito Policial), realizaram no início da tarde de quarta-feira (16), a prisão de Idenilson Lima Cruz, de 34 anos, acusado de ter cometido um homicídio há mais de 10 anos. Ele foi preso na Rua Projetada, Quadra 60, no Bairro do Anjo da Guarda. A prisão do acusado se deu após informações serem repassadas ao Disque Denúncia [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior].

Segundo informações policiais, Idenilson Lima foi surpreendido em sua própria residência. Ele já foi

alvo de outras denúncias anônimas feitas ao Disque Denúncia. Em 2011, o acusado foi preso pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar, na ocasião ele estaria efetuando disparos em via pública. Em seu desfavor, um mandado de prisão foi expedido pelo juiz João Francisco Gonçalves, da 4ª Vara do Tribunal do Júri. Após ser apresentado na sede do 5º DP, onde foi autuado pelo delegado Gustavo Machado, ele foi encaminhado ao Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde permanece à disposição da Justiça.

Poderes maranhenses ainda não criaram SIC

Em vigência desde de quarta-feira (16), a Lei de Acesso à Informação possibilitará o acesso aos dados oficiais dos três poderes. No Maranhão, a Lei 12.527/11 é cumprida em termos gerais, mais ainda não plenamente. Executivo, Legislativo e Judiciário, por exemplo, ainda não criaram um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para garantir a transparência dos dados públicos, mas disponibilizam informações através de seus portais da transparência.

Em nota distribuída por sua assessoria, o governo do Estado anunciou que "trabalha para que a Lei de Acesso à Informação seja cumprida e o cidadão atendido com presteza", embora não tenha informado se já criou um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Informações sobre dados oficiais do Executivo, de acordo com a nota, podem ser obtidas através do Portal da Transparência, instrumento que disponibiliza ao maranhense diversas informações das movimentações

governamentais.

Além disso, por causa da nova legislação, servidores do Governo do Maranhão participaram de treinamento realizado pela Controladoria Geral da União (CGU), em Brasília.

Assembleia Legislativa - Também através de sua assessoria, a Assembleia Legislativa do Maranhão informou não haver regulamentação estadual específica, mas que segue as determinações da Lei Federal, principalmente através do setor de protocolos do Legislati-

vo Estadual, localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, sem número, Sítio Rangedor - Calhau - São Luís (MA) - CEP 65.071-750

Sobre a estrutura virtual, a Assembleia informou que a partir do dia 18 de maio passará a disponibilizar em seu site oficial, um *link* onde qualquer pessoa poderá protocolar virtualmente requerimento para buscar informações inerentes ao Poder. As respostas serão encaminhadas, posteriormente, ao e-mail do solicitante.

RELATÓRIO

Sejap entrega relatório com informações jurídicas

Um relatório contendo informações sobre a situação jurídica de todas as detentas do Presídio Feminino de São Luís foi entregue pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) à Defensoria Pública do Estado (DPE). O documento, que tem mais de 300 páginas, foi entregue durante reunião entre os órgãos na sede da Sejap, no Outeiro da Cruz.

O relatório é o primeiro de quatro que ainda serão entregues. Para elaborá-lo, a Sejap colheu informações de mais de 130 detentas do sistema carcerário. Neste, podem ser vistas informações como quem precisa de modificações no regime da pena. "O relatório tem toda a situação jurídica das detentas e vai facilitar muito como devemos agir para beneficiar as internas nos direitos que lhe cabem no âmbito jurídico", destacou o secretário Sérgio Tamer.

Na ocasião, estavam presentes, além do secretário Sérgio Tamer, os adjuntos de Es-

tabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, e de Justiça, Ribamar Cardoso, e os superintendentes de Estabelecimentos Penais do Interior e da Capital, Afrânio Feitosa e Fredson Maciel, respectivamente. Também participaram do encontro, o defensor público geral do Estado, Aldy Mello Filho e a corregedora geral da Defensoria Pública do Estado, Fabíola Barros.

Além da entrega do documento, a reunião teve como objetivo o realinhamento da parceria já existente entre a Sejap e DPE. Conforme o defensor público geral do Estado, Aldy Mello Filho, uma série de ações voltadas ao acompanhamento jurídico dos detentos está sendo desenvolvidas. "Essas ações estão sendo realizadas pela Sejap, Defensoria Pública do Estado e o Tribunal de Justiça, por intermédio do Programa 'Começar de Novo'", contou Mello.

O defensor geral também destacou os projetos desen-



Secretário Sérgio Tamer e defensor geral Aldy Mello Filho e equipes reunidos na Sejap

volvidos pela DPE no que diz respeito à ressocialização de presos. Segundo ele, estes estão sendo direcionados a requalificação técnico-profissional. "A intenção é colocar internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho", pontuou Aldy Mello.

Ele informou ainda que a Defensoria teve a atuação ampliada com a posse recente de novos defensores e que, com isso, o órgão vai atuar de forma mais eficaz nas Varas Criminais. "Essa atuação terá refle-

xo direto no acompanhamento dos presos provisórios", afirmou o defensor geral do Estado.

A corregedora geral da DPE, Fabíola Barros, contou que um dos focos da reunião foi o balanço das atividades feitas pelos dois órgãos. "Essas políticas públicas já implementadas estão gerando frutos positivos como as questões referentes à saúde, o acompanhamento jurídico e psicológico", registrou Fabíola Barros.

TRÁFICO DE DROGAS **Polinter prende foragido da Justiça**



Edilson Silva dos Santos Filho, o Dilsinho

Policiais da Equipe de Captura da Polícia Interestadual (Polinter), por meio de informações do Disque Denúncia (3223 5800), conseguiram prender, na manhã desta quinta-feira (17), o traficante Edilson Silva dos Santos Filho, conhecido como "Dilsinho", 30 anos.

Conforme informações da Delegacia Especializada, em desfavor de Dilsinho, que é residente na Alameda Santa Luzia, nº16, bairro Jardim Tropical, consta um mandado de prisão por sentença condenatória expedido pelo juiz Antonio Luiz de Almeida Silva, da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital Maranhense.

A ordem judicial contra o traficante relata que ele foi sentenciado a pena de sete anos e cinco meses de detenção. A prisão ocor-

reu no Bairro do Jardim Tropical, local onde o traficante reside.

De acordo com investigações e levantamentos da Polícia Civil, Dilsinho como era identificado no mundo do crime, faz parte da gangue de um criminoso conhecido como Cachorrão, que segundo informações, já havia sido morto em outra ocasião. Dilsinho também tinha ligação com um homem conhecido como Paulinho, que ainda se encontra foragido.

Após a prisão, Edilson Silva dos Santos foi conduzido a sede da Polinter onde foi ouvido pelo delegado Alberto Wagner Santos Costa. Dilsinho, depois de ser interrogado, foi encaminhado ao Centro de Triagem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

DISQUE DENÚNCIA

Acusado de homicídio é preso no anjo da guarda

Policiais da Delegacia do 5º DP (Distrito Policial), realizaram no início da tarde de ontem (16), a prisão de Idenilson Lima Cruz, de 34 anos, acusado de ter cometido um homicídio há mais de 10 anos. Ele foi preso na Rua Projetada, Qd 60, no Bairro do Anjo da Guarda. A prisão do acusado se deu após informações serem repassadas ao Disque Denúncia [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior].

Segundo informações policiais, Idenilson Lima foi surpreendido em sua própria residência. Ele já foi

alvo de outras denúncias anônimas feitas ao Disque Denúncia. Em 2011, o acusado foi preso pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar, na ocasião ele estaria efetuando disparos em via pública.

Em seu desfavor, um mandado de prisão foi expedido pelo juiz João Francisco Gonçalves, da 4ª Vara do Tribunal do Júri. Após ser apresentado na sede do 5º DP, onde foi autuado pelo delegado Gustavo Machado, ele foi encaminhado ao Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde permanece à disposição da Justiça.

-
- 1** Desde 1982 atuando no Judiciário em vários municípios e na capital, onde passou a integrar o Tribunal de Justiça, corte que presidiu, Raimundo Freire Cutrim, filho de São João Batista (Olinda Nova), deixa hoje o cargo de desembargador, para se aposentar. Terá ainda um agravo regimental para relatar e, em seguida, entrega ao presidente Guerreiro Júnior, a carta de renúncia.
-
- 2** Cutrim carrega uma história pessoal que dignifica a Justiça do Maranhão. No começo da década de 1960, ele desembarcou em São Luís, com a cara e a coragem, vindo da Baixada. Enfrentou inúmeras dificuldades, chegando a vender bolo e café no Mercado Central, enquanto ocupava o tempo disponível para estudar. Depois de formado em Direito, ingressou no Judiciário, onde chegou a desembargador, presidente do TJ e do TRR-MA. Sua vaga será preenchida pelo critério de merecimento, na próxima quarta-feira.
-

CASO DÉCIO: INVESTIGAÇÕES PODEM TER PRAZO AMPLIADO

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou, na manhã de ontem, que as investigações sobre a morte do jornalista e blogueiro Décio Sá, assassinado no dia 23 de abril, podem ser prolongadas e ultrapassarão o período

de 30 dias. Segundo o órgão, motivo seria o fato de o crime ter muitos detalhes a serem investigados. A quantidade de dias é definida pelo Poder Judiciário. A secretaria afirmou ainda que as investigações, que correm sob sigilo,

estão bem avançadas, já que foi feito o retrato falado do assassino, além da reconstituição do crime e prisão de suspeitos. Há ainda várias linhas de investigação, sendo que uma delas diz que o executor possivelmente more

fora do estado. Em visita a São Luís, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal solicitou que a Polícia Federal investigue o crime, após terem realizado diligências em vários pontos da cidade. URBANO 4

■ CASO DÉCIO SÁ

Prazo pode ser dilatado

Secretaria de Segurança afirma que prazo para solucionar crime é de 30 dias, mas que apuração da morte de jornalista envolve grande quantidade de detalhes

ISMAEL ARAÚJO

Após mais de 20 dias de investigação feita pela Polícia Civil sobre o assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou, ontem pela manhã, que as investigações poderão ultrapassar além do período de 30 dias. Décio Sá foi executado com seis tiros, no dia 23 de abril, no bar Estrela do Mar, localizado na Avenida Litorânea.

A secretaria afirmou que o prazo normal que os policiais têm para solucionar um crime é de apenas 30 dias. Mas, como o caso Décio há uma grande quantidade de detalhes que precisam ser investigados, o fato investigativo poderá ter um prazo maior e ultrapassar além desse limite. Em relação à quantidade de dias, a definição é do Poder Judiciário.

Ainda foi dito pela Secretaria que as investigações correm sob sigilo da Justiça e estão bem avançadas como o retrato falado que já foi feito; a reconstituição do crime; prisão de suspeitos, e ainda há várias linhas de investigação, inclusive, o executor possivelmente mora fora do estado.

Vazou na rede

A investigação do caso 'Décio Sá' mesmo sob sigilo acabou vazando, no dia 2 de maio. O depoimento de três testemunhas foi divulgado em blog do jornalista Itevaldo Junior e repercutido pela mídia local. O vazamento das informações compromete o andamento do trabalho policial e traz risco às testemunhas, segundo avaliação do secretário de Estado de Segurança (SSP), Aluísio Mendes.

Os órgãos envolvidos na investigação são Delegacia de Homicídios

delegado Guilherme Filho; Secretaria de Estado de Segurança (SSP); e a 1ª Vara do Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça (TJ), onde corre o processo, cuja titular do caso é a juíza Alice Rocha.

No texto do blog, o jornalista antecipa que "todos os trechos que podiam levar a identificação das testemunhas foram apagados dos depoimentos". Mas, em avaliação dos trechos publicados, o secretário afirma que as testemunhas podem ser facilmente identificadas.



Parentes e amigos realizam ato na Avenida Litorânea para cobrar investigação sobre assassinato do jornalista Décio Sá: mistério e silêncio

PALAVRA DO ESPECIALISTA



NEIDSON MOREIRA/IMP/D.A.PRESS

“Quando o réu, acusado, indiciado ou suspeito de um crime estão soltos, por força do Código do Processo Penal, a polícia tem um prazo de 30 dias para investigação. No entanto, o caso seja complexo ou esteja sob sigilo, o delegado tem o poder de solicitar a Justiça a prorrogação da investigação que poderá ser de 30, 60, 90 dias ou até mesmo deixa o prazo aberto”.

SEBASTIÃO UCHOA,
superintendente da Polícia Civil
da Capital

relata estar em serviço preparando caranguejo, quando avista o jornalista Décio Sá de frente para si, ou seja, a testemunha conseguia ver a vítima possivelmente da cozinha.

Comissão pede que PF investigue

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados protocolou ontem, junto à direção da Polícia Federal, em Brasília, requerimento solicitando a instauração de inquérito policial “para investigação federal do assassinato do jornalista Décio Sá”. O presidente da Comissão, deputado federal Domingos Dutra (PT), justificou o pedido com base no resultado da diligência que a CDHM fez na semana passada em São Luís, com a presença dos deputados Severino Ninho (PSB/PE) e deputada Erika Kokay (PT/DF).

No requerimento o deputado reforça o papel da comissão – o que explica o porquê do interesse daquele setor da Câmara Federal em acompanhar o trabalho de investigação do assassinato do jornalista maranhense; cita o que já foi feito pela CDHM; e comenta o estágio das investigações no Maranhão, o que preocupou os deputados que passaram dois dias no Estado, reforçando o pedido de federalização das investigações.

De acordo com o deputado Dutra, ao tomar conhecimento do bárbaro assassinato do jornalista Décio Sá, a CDHM “para dar cumprimento a sua missão constitucional e regimental”

instaurou vários procedimentos para acompanhar a apuração dos fatos.

A Comissão encaminhou dois ofícios ao secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e à Procuradora-Geral de Justiça, Fátima Travassos, informando que a decisão da Comissão em acompanhar o caso e solicitando informações acerca das medidas adotadas pelos órgãos para apuração do ocorrido.

Constatações

No relatório – que a Comissão anexou ao protocolo na Polícia Federal, os parlamentares observaram, dentre outras coisas, que a execução do jornalista Décio Sá é uma afronta e ameaça à liberdade de expressão; “o crime possui nítidas características de encomenda”; e que “tem elementos que indicam a participação de grupos de extermínio e organizações criminosas ligadas a esquemas poderosos, talvez com interesses e ramificações no poder público”. Os deputados afirmam que mesmo diante da gravidade do fato e da repercussão nacional e internacional do crime, “o inquérito policial tramita em um estranho e absoluto segredo decretado pelas autoridades do sistema de segurança e até o momento está sem conclusão”.

RAIOS X DO CASO

PASSO A PASSO DO CASO DÉCIO

O CRIME

► O jornalista Décio Sá foi morto na noite do dia 23, no bar Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, Praia de São Marcos, por volta das 22 horas. Décio foi atingido por seis tiros, sendo quatro na cabeça e dois nas costas. O atirador fugiu em uma motocicleta. Décio estava sentado quando um homem caminhando entrou no banheiro do estabelecimento para se certificar que era de fato o jornalista. Quando saiu, iniciou uma série de disparos contra a cabeça de Décio, que morreu na hora.

O AUTOR DO CRIME

► O Disque - Denúncia do Maranhão divulgou, no dia 24, informações sobre o principal suspeito de matar o jornalista Décio Sá. De acordo com o retrato falado, o assassino possui características indígenas.

FORÇA-TAREFA

► Secretário de Segurança do Estado, Aluisio Mendes, anuncia a imprensa que foi montada uma forte equipe para investigar a morte do jornalista e contará com a equipe da Homicídios e demais delegacias.

O ENTERRO

► O enterro do jornalista ocorreu durante no final da tarde do dia 24, no cemitério Jardim da Paz, Estrada de Ribamar.

SUSPEITOS PRESOS

► No dia 26 de abril, Fábio Roberto Cavalcante Lima é preso como sendo um dos suspeitos pela morte de Décio Sá, na Vila Pirâmide. Segundo o delegado Maymone Barros, presidente da comissão de delegados que cuida do caso, Fábio Lima seria uma das pessoas que teriam dado cobertura e fuga para o homem que desferiu os seis tiros contra o jornalista.

MODIFICAÇÕES NA INVESTIGAÇÃO

► A delegada geral da Polícia Civil do Maranhão, Cristina Menezes, revelou que as investigações do crime foram mudadas de local. A partir do dia 27 de abril, foram conduzidas na sede da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), localizada no Bairro de Fátima.

De acordo com ela, o antigo local onde as investigações eram realizadas, a Delegacia de Homicídios, na Beira - Mar, é muito pequeno para comportar os materiais recolhidos e a grande equipe de policiais envolvidos na apuração do crime, que chega a 30 policiais.

MISSA DE 7º DIA

► A Igreja da Sé, no Centro, contou com uma multidão de pessoas, após sete dias do crime que chocou o país, não somente foi buscar forças divinas para suportar a dor da perda do membro que a imprensa maranhense perdeu brutalmente, mas também dar o seu grito de indignação pelo ato de covardia, que clama por justiça.

MANIFESTAÇÃO NA PRAIA

► Parentes e amigos realizaram um ato na Avenida Litorânea sobre a morte de Décio.

COMISSÃO FEDERAL

► No dia 11 de maio, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, presidida pelo deputado Domingos Dutra (PT) divulgou, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o resultado da diligência sobre a morte do jornalista Décio Sá. Além de Domingos Dutra, os deputados Erika Kokay (PT - DF) e Severino Ninho (PSB - PE) estavam na diligência.

■ JARDIM TROPICAL

Preso acusado de participar da quadrilha do "Cachorrão"

Integrante da gangue do "Cachorrão", que agia no Jardim Tropical, principalmente na comercialização de drogas, parou atrás das grades. Edílson Silva dos Santos, "Dilsinho", de 30 anos, que mora na Alameda Santa Luzia, nº 16, foi preso ontem pela manhã pelos investigadores da Polícia Interestadual (Polinter). De acordo com as informações da polícia, a prisão dele foi determinada por um mandado de prisão com sentença condenatória de mais de sete anos expedido pelo juiz da 1ª Vara de Entorpecente, Antônio Luiz de Almeida. A equipe de investigadores, por meio de informação do Disque-Denúncia (3223- 5800), conseguiu efetuar a prisão Dilsinho, nas proximidades da sua residência. Ele foi levado para a sede da Polinter, onde foram tomadas as devidas providências, inclusive a transferência para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

A polícia também informou que o líder dessa gangue, conhecido apenas por Cachorrão, já foi morto e o outro líder, o "Paulinho", ainda

está foragido. Ainda muitos integrantes dessa quadrilha já saíram de circulação presos pela Polinter.

Já na Delegacia Especial da Cidade Operária foi apresentado Franckleilson de Sousa, na noite da última quarta-feira. Ele foi preso pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar e dentro da sua residência, localizada na rua Doutor Dominici, na Vila Flamengo, encontraram mais de 130 trouxinhas de crack prontas para ser comercializada. O delegado plantonista Válber Braga lavrou o flagrante por tráfico de drogas e, na manhã de quinta-feira, 17, Franckleilson de Sousa transferido para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

Maconha enterrada

A Polícia Militar prendeu Francinaldo Alves de Sousa, conhecido como "Naldinho", 31 anos, na cidade de Lima Campos. No quintal da casa do detido, localizado na Rua das Acácias, no Bairro Roseana Sarney, os policiais encontraram enterrados sete papalotes de maconha. (IA)

■ CÂNDIDO MENDES

Prefeito é denunciado por crime de responsabilidade

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu ontem denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) para instauração de ação penal contra o prefeito do município de Cândido Mendes, José Haroldo Carvalhal, acusado de descumprir ordem judicial da Justiça de primeira instância.

Consta no processo que o juiz Joscelmo Sousa Gomes concedeu liminares, entre os dias 31 de março e 20 de maio de 2009, determinando a reintegração de servidores exonerados pelo prefeito. De acordo com a denúncia, José Haroldo teria reintegrado os servidores e, posteriormente, exonerado as mesmas pessoas, em razão de decisão tomada em processo administrativo.

No entendimento do Ministério Público, o prefeito cometeu crime de responsabilidade previsto no inciso XIV do artigo 1º do Decreto-Lei 201/1967, ao deixar de cumprir ordem judicial sem dar motivo da recusa ou da impossibilidade.

A defesa de José Haroldo afirmou que o prefeito não teria encontrado documentação do funcionalismo público ao assumir o cargo e, por isso, determinou o recadastramento dos servidores. Acrescentou que teriam sido constatados favorecimentos da gestão anterior aos servidores.

O juiz entendeu que houve arbitrariedade do prefeito ao exonerar os servidores, que alegaram ter ingressado na Prefeitura após aprovação em concurso público.

Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza (relator), Bernardo Rodrigues e José Luiz Almeida receberam a denúncia para instauração da ação penal.

Homenagem

O desembargador Jamil Gedeon foi um dos homenageados pelo Tribunal de Justiça do Piauí com o Colar do Mérito Judiciário na abertura do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), quarta-feira, e que se encerra hoje, em Teresina. A medalha também foi concedida também ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Buzi. A homenagem foi proposta pelo presidente do TJPI, desembargador Edvaldo Pereira de Moura, em reconhecimento à boa parceria com o TJMA, que Gedeon presidiu, e aprovada, por unanimidade pelos integrantes da Comissão da Medalha do Colar do Mérito Judiciário.



Jamil Gedeon (C) foi homenageado no Piauí

Ação Penal

TJ recebe denúncia contra prefeito de Cândido Mendes

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta quinta-feira (17) denúncia do Ministério Público estadual (MPE) para instauração de ação penal contra o prefeito do município de Cândido Mendes, José Haroldo Carvalho, acusado de descumprir ordem judicial da Justiça de primeira instância.

Consta no processo que o juiz Joscelmo Sousa Gomes concedeu liminares, entre os dias 31 de março e 20 de maio de 2009, determinando a reintegração de servidores exonerados pelo prefeito. De acordo com a denúncia, José Haroldo teria reintegrado os servidores e, posteriormente, exonerado as mesmas pessoas, em razão de decisão tomada em processo administrativo.

No entendimento do Ministério Público, o prefeito cometeu crime de responsa-

bilidade previsto no inciso XIV do artigo 1º do Decreto-Lei 201/1967, ao deixar de cumprir ordem judicial sem dar motivo da recusa ou da impossibilidade.

A defesa de José Haroldo afirmou que o prefeito não teria encontrado documentação do funcionalismo público ao assumir o cargo e, por isso, determinou o recadastramento dos servidores. Acrescentou que teriam sido constatados favorecimentos da gestão anterior aos servidores.

O juiz entendeu que houve arbitrariedade do prefeito ao exonerar os servidores, que alegaram ter ingressado na Prefeitura após aprovação em concurso público.

Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza (relator), Bernardo Rodrigues e José Luiz Almeida receberam a denúncia para instauração da ação penal.

Agressores

Seguridade aprova pensão alimentícia provisória para mulher agredida

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na quarta-feira (16) proposta que obriga os juízes a determinar de imediato aos agressores enquadrados na Lei Maria da Penha o pagamento de uma pensão alimentícia provisória para a mulher agredida.

Quando o agressor não puder pagar a pensão – se estiver preso ou desempregado, por exemplo –, o juiz poderá determinar a concessão de auxílio financeiro pelo Estado, no primeiro trimestre em que a ofendi-

da e seus dependentes estiverem sob programa oficial ou comunitário de prestação ou de atendimento. Esse benefício poderá ser prorrogado por mais três meses.

"São mais duas importantes medidas protetivas que vêm a se somar àquelas elencadas na Lei Maria da Penha com o intuito de amparar as mulheres que se encontram em situação de desvantagem física, emocional e financeira em relação aos seus agressores", disse o relator da proposta, deputado Pastor Eurico

(PSB-PE).

O texto aprovado pela comissão foi o substitutivo do relator, que fundiu os projetos de lei 7353/10, do deputado Marcos Montes (PSD-MG), e 1855/11, da deputada Lauriete (PSC-ES).

A proposta altera a Lei Maria da Penha. O primeiro ponto (prestação de alimentos) foi incluído entre as medidas protetivas de urgência obrigatórias para o agressor. Nesse item, a lei já prevê diversas medidas, como o afastamento do lar e a proibição de contato com a mu-

lher agredida, com seus familiares e testemunhas.

O segundo ponto foi incluído entre as medidas protetivas de urgência à mulher agredida. Sobre isso, a lei já prevê, entre outros pontos, que o juiz, quando necessário, poderá encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

Tramitação - O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Preso foragido da Justiça por tráfico de drogas

Página 8

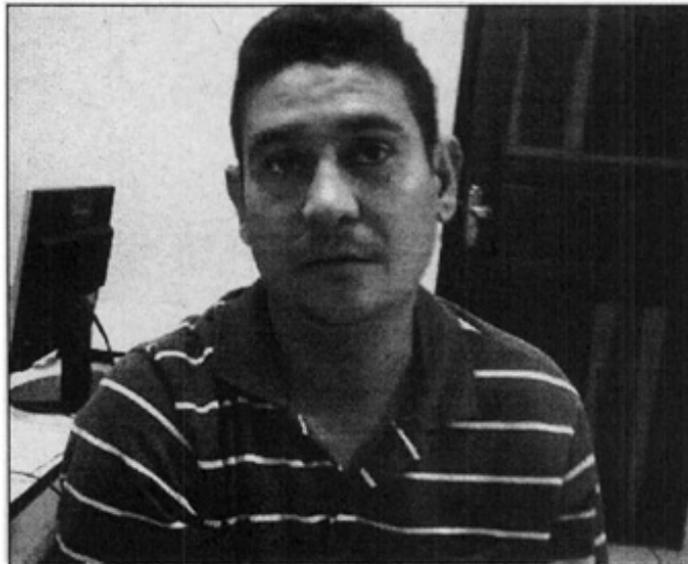
Em São Luís

Preso foragido da Justiça por tráfico de drogas

Policiais da Equipe de Captura da Polícia Interestadual (Polinter), por meio de informações do Disque Denúncia (3223 5800), conseguiram prender, na manhã desta quinta-feira (17), o traficante Edilson Silva dos Santos Filho, conhecido como "Dilsinho", 30 anos.

Conforme informações da Delegacia Especializada, em desfavor de Dilsinho, que é residente na Alameda Santa Luzia, nº16, bairro Jardim Tropical, consta um mandado de prisão por sentença condenatória expedido pelo juiz Antonio Luiz de Almeida Silva, da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital Maranhense.

A ordem judicial contra o



Edilson Silva dos Santos Filho, o Dilsinho

traficante relata que ele foi sentenciado a pena de sete anos e cinco meses de de-

tenção. A prisão ocorreu no Bairro do Jardim Tropical, local onde o traficante reside.

De acordo com investigações e levantamentos da Polícia Civil, Dilsinho como era identificado no mundo do crime, faz parte da gangue de um criminoso conhecido como Cachorrão, que segundo informações, já havia sido morto em outra ocasião. Dilsinho também tinha ligação com um homem conhecido como Paulinho, que ainda se encontra foragido.

Após a prisão, Edilson Silva dos Santos foi conduzido a sede da Polinter onde foi ouvido pelo delegado Alberto Wagner Santos Costa. Dilsinho, depois de ser interrogado, foi encaminhado ao Centro de Triagem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Polícia

Acusado de homicídio é preso no Anjo da Guarda

Policiais da Delegacia do 5º DP (Distrito Policial), realizaram no início da tarde de ontem (16), a prisão de Idenilson Lima Cruz, de 34 anos, acusado de ter cometido um homicídio há mais de 10 anos. Ele foi preso na Rua Projetada, Qd 60, no Bairro do Anjo da Guarda. A prisão do acusado se deu após informações serem repassadas ao Disque Denúncia [3223 5800 – capital e 0300 313 5800 – interior].

Segundo informações policiais, Idenilson Lima foi surpreendido em sua própria residência. Ele já foi alvo de

outras denúncias anônimas feitas ao Disque Denúncia. Em 2011, o acusado foi preso pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar, na ocasião ele estaria efetuando disparos em via pública.

Em seu desfavor, um mandado de prisão foi expedido pelo juiz João Francisco Gonçalves, da 4ª Vara do Tribunal do Júri. Após ser apresentado na sede do 5º DP, onde foi autuado pelo delegado Gustavo Machado, ele foi encaminhado ao Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde permanece à disposição da Justiça.

SOBES
↑

O desembargador Jamil Gedeon (TJMA) foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) com a comenda Colar do Mérito Judiciário – a mais alta honraria da corte piauiense – na abertura do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), que se encerra nesta sexta-feira (18), em Teresina. A medalha também foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Buzzi.

Acusado de homicídio é preso no Anjo da Guarda

Policiais do 5º Distrito Policial (DP) realizaram, no início da tarde de quarta-feira (16), a prisão de Idenilson Lima Cruz, de 34 anos, acusado de ter cometido um homicídio há mais de 10 anos. Ele foi preso na Rua Projetada, quadra 60, no Bairro do Anjo da Guarda. A prisão do acusado se deu após informações serem repassadas ao Disque-Denúncia (3223-5800 – capital e 0300-313-5800 – interior).

Segundo informações policiais, Idenilson Lima foi surpreendido em sua própria residência. Ele já foi alvo de outras denúncias anônimas feitas ao Disque-Denúncia. Em 2011, o acusado foi preso pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar; e, na ocasião, estaria efetuando disparos em via pública.

Em seu desfavor, um mandado de prisão foi expedido pelo juiz João Francisco Gonçalves, da 4ª Vara do Tribunal do Júri. Após ser apresentado na sede do 5º DP, onde foi autuado pelo delegado Gustavo Machado, ele foi encaminhado ao Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde permanece à disposição da Justiça.

Sejap entrega relatório com informações jurídicas de detentas à Defensoria Pública

Um relatório contendo informações sobre a situação jurídica de todas as detentas do Presídio Feminino de São Luís foi entregue pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) à Defensoria Pública do Estado (DPE). O documento, que tem mais de 300 páginas, foi entregue durante reunião entre os órgãos na sede da Sejap, no Outeiro da Cruz.

O relatório é o primeiro de quatro que ainda serão entregues. Para elaborá-lo, a Sejap colheu informações de mais de 130 detentas do sistema carcerário. Neste, podem ser vistas informações como quem precisa de modificações no regime da pena. "O relatório tem toda a situação jurídica das detentas e vai facilitar muito como devemos agir para beneficiar as internas nos direitos que lhe cabem no âmbito jurídico", destacou o secretário Sérgio Tamer.

Na ocasião, estavam presentes, além do secretário Sérgio Tamer, os adjuntos de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, e de Justiça, Ribamar Cardoso, e os superintendentes de Estabelecimentos Penais do Interior e da Capital, Afrânio Feitosa e Fredson Maciel, respectivamente. Também participaram do encontro, o defensor público geral do Estado, Aldy Mello Filho e a corregedora geral da Defensoria

Pública do Estado, Fabíola Barros.

Além da entrega do documento, a reunião teve como objetivo o realinhamento da parceria já existente entre a Sejap e DPE. Conforme o defensor público geral do Estado, Aldy Mello Filho, uma série de ações voltadas ao acompanhamento jurídico dos detentos está sendo desenvolvidas. "Essas ações estão sendo realizadas pela Sejap, Defensoria Pública do Estado e o Tribunal de Justiça, por intermédio do Programa 'Começar de Novo'", contou Mello.

O defensor geral também destacou os projetos desenvolvidos pela DPE no que diz respeito à ressocialização de presos. Segundo ele, estes estão sendo direcionados a requalificação técnico-profissional. "A intenção é colocar internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho", pontuou Aldy Mello.

Ele informou ainda que a Defensoria teve a atuação ampliada com a posse recente de novos defensores e que, com isso, o órgão vai atuar de forma mais eficaz nas

Varas Criminais. "Essa atuação terá reflexo direto no acompanhamento dos presos provisórios", afirmou o defensor geral do Estado.

A corregedora geral da DPE, Fabíola Barros, contou que um dos focos da reunião foi o balanço das atividades feitas pelos dois órgãos. "Essas políticas públicas já implementadas estão gerando frutos positivos como as questões referentes à saúde, o acompanhamento jurídico e psicológico", registrou Fabíola Barros.

Sobre alternativas para diminuir o problema da superlotação nos presídios, a corregedora disse que o acompanhamento dos processos é feito por parte da Defensoria Pública do Estado. "Nós fazemos o acompanhamento dos processos que tramitam nas 1ª e 2ª Varas de Execução Penal da capital. Além disso, temos defensores que atuam no interior e eles estão reforçando as ações, acompanhando os processos dos internos de lá. Isso para que tenhamos uma diminuição no número de presos provisórios", assinalou.

J. ROBERTO



Sérgio Tamer, Ribamar Cardoso e João Bispo Serejo entregam relatório ao defensor geral Aldy Mello e à corregedora Fabíola Barros

LAGO DA PEDRA

Mutirão do Juizado Especial promove 609 audiências em Termo Judiciário

O Juizado Especial Cível de Lago da Pedra promove, de 28 a 31 de maio, um mutirão de audiências em Lagoa Grande do Maranhão, termo judiciário da comarca. Comandada pelo titular da unidade, juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, a ação prevê a realização de 609 audiências, todas referentes à relação de consumo. As audiências têm como parte uma única empresa de telefonia móvel reclamada pela má prestação de serviço.

Toda a equipe do juizado – juiz, assessores, secretário judicial e servidores – participa do trabalho que ocorrerá na Câmara de Vereadores do município.

Três salas foram disponibilizadas para a realização das 150 audiências diárias – exceção para o último dia do Mutirão, quando

serão 159 audiências – das 8h às 12h e das 14h às 19h, sempre com um intervalo de 15 minutos entre as mesmas.

Acesso – Segundo o juiz, “a iniciativa visa a facilitar o acesso da população à Justiça, evitando assim o deslocamento das partes à sede da comarca, tendo em vista as péssimas condições das vias de acesso”.

Na descrição de Alessandro, a estrada que liga Lago da Pedra à Lagoa Grande é “terrível”. São 75 km de piçarra, onde apenas carros traçoados conseguem trafegar. “Com o período chuvoso fica ainda mais perigoso”, alerta o juiz. Segundo ele, “de vez em quando, os paus de arara que transportam as pessoas perdem o controle na via”.

O magistrado cita ainda os

custos com o deslocamento do povoado até a sede. “O pessoal gasta muito. E ainda leva de quatro a cinco horas para chegar”, informou.

“Com a realização desse mutirão, pretende-se demonstrar ainda, a preocupação do Poder Judiciário da Comarca de Lago da Pedra com uma prestação jurisdicional adequada à sua realidade social”, disse o juiz.

Processos – Tramitam atualmente na comarca 3.400 processos. O dado consta do Relatório Mensal de Atividades – RMA da comarca, referente ao mês de abril.

Contra a operadora, o total de processos oriundos de Lagoa Grande do Maranhão totaliza 639. Desses, 30 não foram agendados para o mutirão.



Juiz Alessandro Bandeira vai estar à frente das ações

SENAC E TJ FIRMAM PARCERIA

Mulheres vítimas da violência doméstica das comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês serão atendidas com cursos profissionalizantes gratuitos por meio de parceria firmada na sexta-feira (11), entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior e o presidente do Conselho Regional do Senac, José Arteiro Silva, que esteve na cerimônia acompanhado do diretor regional do Senac, José Ahirton Batista Lopes. A parceria do Judiciário com



Os presidentes do TJ, desembargador Guerreiro Jr, e da Fecomércio, José Arteiro Silva e o diretor regional do Senac, José Ahirton Lopes

o Senac objetiva a disponibilização gratuita de vagas nos cursos oferecidos nas unidades da entidade para as mulheres assistidas pelo projeto "Justiça Social - Além dos Limites Processuais", sendo até quatro vagas por bimestre, nas unidades da capital e Imperatriz, e até duas vagas nas demais unidades do interior.

DAVINÓPOLIS

Réu que matou a companheira no Dia dos Namorados é condenado a 14 anos de prisão

Em sessão realizada no dia 15 de maio de 2012, o Tribunal do Júri do município de Davinópolis - termo judiciário da Comarca de Imperatriz, localizado a 628 quilômetros de São Luís - condenou o réu Neviton Oliveira da Silva a 14 anos de reclusão por ter assassinado, no dia 12 de junho de 2011 (Dia dos Namorados), a sua companheira Cristiane da Conceição Santos de Sousa, com quem convivia há cerca de cinco anos.

O conselho de sentença, composto por sete jurados, acolheu integralmente a tese defendida pelo promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de

Imperatriz. O crime foi tipificado como homicídio duplamente qualificado.

De acordo com o a tese do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o acusado matou a sua companheira, desferindo 32 facadas nela, apenas por ciúme excessivo e doentio que sentia, o que configura uma motivação torpe. Também houve a utilização de meio cruel, considerando que a reiteração excessiva de golpes causou na vítima intenso sofrimento.

Já a defesa sustentou que o acusado era traído reiteradamente pela vítima, pleiteando a absolvição do mesmo ou se houvesse condenação, fosse considerado homicídio privilegiado.

O Tribunal do Júri acolheu a tese exposta pelo promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, reconhecendo, portanto, que foi praticado um homicídio duplamente qualificado, nos termos do artigo 121, § 2º I e III, do Código Penal.

A presidência dos trabalhos coube à juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa. O advogado Farnézio Pereira dos Santos defendeu o acusado Neviton Oliveira da Silva.

Inscrições para Casamento Comunitário encerram-se nesta sexta

Nesta sexta-feira (18), encerram-se as inscrições para o Casamento Comunitário que será realizado no dia 30 junho, na Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Bacanga).

Os interessados em se inscrever ainda podem aproveitar o último dia e se dirigirem ao Fórum

Desembargador Sarney Costa (Cachau), no horário das 8h às 18h, onde uma equipe de servidores do Poder Judiciário e funcionários do cartório efetuam as inscrições.

Podem se inscrever casais de toda a Região Metropolitana – São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

■ Custas judiciais

O pagamento de custas judiciais, emolumentos e depósitos judiciais agora poderá ser feito nas agências dos Correios (bancos postais) em todo o Maranhão, o que implicará em menos filas e horário ampliado de atendimento ao público.

Garantem os serviços – inédito no Estado – convênio assinado nesta quinta-feira (17), pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, e executivos do Banco do Brasil.

“A parceria com o BB será duradoura e beneficiará diretamente quem vai quitar obrigações vinculadas ao Tribunal de Justiça, Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj), Fundo Especial das Serventias do Registro Civil das Pessoas Naturais, Esmam e Corregedoria Geral da Justiça”, informou o Guerreiro Júnior.

❖❖ Informações referentes à execução orçamentária e financeira, aos recursos humanos e remunerações aplicadas na Justiça podem ser acessadas, por qualquer cidadão, no Portal da Transparência do Judiciário (www.tjma.jus.br/financas/).

Prefeito de Cândido Mendes vai responder ação penal

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça recebeu ontem denúncia do Ministério Público para instauração de ação penal contra o prefeito de Cândido Mendes, José Haroldo Carvalhal, acusado de descumprir ordem judicial.

O juiz Joscelmo Gomes concedeu liminares determinando a reintegração de servidores exonerados pelo prefeito. De acordo com a denúncia, José Haroldo teria reintegrado os servidores e posteriormente exonerado, em razão de decisão tomada em processo administrativo. No entendimento do MP, o prefeito cometeu crime de responsabilidade.

A defesa de José Haroldo afirmou que o prefeito não teria encontrado documentação do funcionalismo público ao assumir o cargo e, por isso, determinou o recadastramento dos servidores. Acrescentou que teriam sido constatados favorecimentos da gestão anterior aos servidores.

O juiz entendeu que houve arbitrariedade do prefeito ao exonerar os servidores, que alegaram ter ingressado na Prefeitura após aprovação em concurso público. Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza (relator), Bernardo Rodrigues e José Luiz Almeida receberam a denúncia para instauração da ação penal.

Condenado por tráfico é capturado pela Polinter

Agentes da Polícia Interstadual (Polinter) prenderam, por volta das 11h30 de ontem, no Jardim Tropical, Edilson Silva dos Santos Filho, de 30 anos, conhecido como "Dilsinho". Ele estava com mandado de prisão por sentença condenatória, decretado pela justiça por crime de tráfico de drogas.

ÚLTIMA PÁGINA



Dilsinho foi preso em cumprimento a mandado de prisão

Condenado por tráfico é capturado pela Polinter

POR GABRIELA SARAIVA

Agentes da Polícia Interestadual (Polinter) prenderam, por volta das 11h30 de ontem, no Jardim Tropical, Edilson Silva dos Santos Filho, de 30 anos, conhecido como “Dilsinho”. Ele estava com mandado de prisão por sentença condenatória, decretado pela justiça por crime de tráfico de drogas.

De acordo com a polícia, “Dilsinho” faz parte da gangue do traficante, já morto, conhecido como “Cachorrão”, e do foragido “Paulinho”, e foi condenado a sete anos e cinco meses de prisão, por crime de tráfico de drogas. A polícia chegou até o acusado com ajuda de informações fornecidas por meio do serviço do Disque-Denúncia (3223-5800).

O mandado de prisão de “Dilsinho” foi expedido pelo juiz Luiz de Almeida Silva, da 1º Vara de Entorpecentes. Ele é morador da Alameda Santa Luzia, nº 16, São Cristóvão e foi preso nas proximidades de sua residência. Após ser apresentado na Polinter, “Dilsinho” foi encaminhado para o Centro de Triagem, em Pedrinhas.